

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO IFSP CÂMPUS SALTO

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dezenove, na Sala Paulo Freire do prédio da Secretaria Municipal de Educação, situada na cidade de Salto/SP, às dezenove horas e trinta e quatro minutos, deu-se início à audiência pública de apresentação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Câmpus Salto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Os trabalhos foram introduzidos pela mediadora Cristiane Delegá da Silva, que agradeceu às professoras Cida e Elza, da Secretaria Municipal de Educação, pela gentileza da abertura do espaço da Sala Paulo Freire para a realização da audiência. Em seguida, Cristiane procedeu à composição da mesa diretiva, que contou com os seguintes integrantes: Karina Aparecida de Freitas Dias de Souza, diretora geral do Câmpus Salto; Edilson Aparecido Bueno, diretor adjunto administrativo do Câmpus Salto; Fernanda Romanezi da Silveira, diretora adjunta educacional do Câmpus Salto e integrante da Comissão do PPP; Maurício Bronzatto, presidente da Comissão do PPP; Guilherme Dinhani Conceição, aluno de graduação do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Câmpus Salto e ex-integrante da Comissão do PPP. Na sequência, foram executados os hinos nacional e da cidade de Salto. Após a execução dos hinos, foi dada a palavra à diretora do câmpus, Karina Souza, que agradeceu à cessão do espaço e ressaltou a importância do presente documento para a comunidade e sua intencionalidade. Observou que o Projeto Político-Pedagógico se torna um marco no histórico da instituição, que não contava, até então, com um documento de tal importância. A diretora agradeceu aos membros da Comissão e ressaltou o processo democrático e participativo de construção do documento. Destacou, a propósito do número reduzido de presentes, a pequena participação da comunidade em espaços representativos como as audiências públicas. Agradeceu, pessoalmente, ao professor Maurício e, por meio dele, aos componentes da Comissão. Na sequência, a professora Karina destacou as mudanças das missões e do status do IFSP ao longo da história, como a integração e verticalização do ensino. Apresentou os cursos oferecidos pela instituição e aqueles que estão em planejamento para oferta em 2020 e 2021. Apresentou o quadro quantitativo de servidores, a projeção de estudantes, a infraestrutura dos câmpus I e II, fotos da construção da nova unidade e algumas ações realizadas pelo câmpus (Festival de Música, ColoreAfro, Concam, IFCiência, Flisol, Grêmio, Núcleo de diversidade sexual e de gênero, Saltobotz). Destacou a parceria com a Prefeitura de Salto, junto às Secretarias de Educação, Ação Social, Desenvolvimento Econômico e Cidadania. Para finalizar, agradeceu ao público e passou a palavra para a mediadora que convidou o professor Maurício Bronzatto, presidente da Comissão de elaboração do PPP, para falar sobre o processo de construção do documento e os princípios que o fundamentam. O professor Maurício iniciou sua oratória agradecendo à presença do público e destacou o papel do PPP para o câmpus. Na sequência, após uma breve conceituação sobre PPP, elencou os objetivos do Projeto, as diversas composições da Comissão ao longo dos trabalhos e passou a tratar das etapas de construção. Relatou a busca inicial de conhecimentos sobre o processo de construção de um Projeto Político-Pedagógico, que incluiu, entre outros aspectos, um trabalho de pesquisa junto aos PPPs de outros câmpus do IFSP; a visita ao Câmpus Capivari, em 15/03/18, para compreender o processo local de construção do PPP e obter subsídios à construção do PPP do Câmpus Salto; a organização de uma sessão de formação sobre

PPP voltada aos servidores do câmpus, em 09/05/2018, que contou com a mediação das servidoras Martha Assunção e Aline Gonzaga, ambas da Diretoria de Políticas de Acesso e Permanência (DPAP), da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP. Na sequência, o professor Maurício explicou a organização dos capítulos, a saber: o Capítulo 1 faz referência aos objetivos e finalidades do IFSP. Partindo de uma contextualização da educação tecnológica no Brasil e, a partir dela, da criação do IFSP, aborda a função social, os objetivos e os princípios norteadores da instituição. O Capítulo 2, por sua vez, trata da caracterização da unidade do Câmpus Salto: início e prosseguimento das atividades; estrutura física; o corpo docente e técnico-administrativo; o câmpus na realidade demográfica, econômica e educacional do município de Salto e região; e o contexto socioeconômico de alunos e familiares. O Capítulo 3 trata dos princípios políticos e pedagógicos que discutem os fundamentos da intenção educativa que orientam o processo formativo na instituição. Nesse capítulo, foi descrito o que é/será a identidade do câmpus. A construção desse capítulo, “a pedra angular” do documento, segundo o professor Maurício, não se deu sem que as respostas a algumas questões iniciais fossem problematizadas: “que tipo de sociedade nossa escola quer ajudar a construir?”; “que cidadãos desejamos formar?”; “o que entendemos por educação?”; “como concebemos a gestão escolar?”; “de que profissionais precisamos?”; “qual é a nossa compreensão sobre currículo?”; “qual é a visão de nossa escola sobre avaliação?”; “como encaramos as questões metodológicas?”; “que tipo de relação queremos manter com a comunidade local?”. Os fundamentos da intenção educativa do Câmpus Salto presentes neste Capítulo 3 foram discutidos a partir dos seguintes eixos temáticos: “Ética, cidadania e inclusão social” (Convivência ética e democrática; Educação ambiental e sustentabilidade; Direitos humanos e justiça social; Diversidade e relações étnico-raciais; Educação inclusiva; Criticidade e participação política); “Gestão democrática”; “Educação profissional e o mundo do trabalho” (Articulação entre trabalho, ciência e cultura; Projeto integrador; Empreendedorismo; Estágio); “Ensino” (Processos de ensino e aprendizagem; Metodologias de ensino; Avaliação do processo ensino-aprendizagem; Educação a distância); “Pesquisa e Inovação”; e “Extensão”. O professor Maurício explicou que a Comissão discutiu e definiu os eixos temáticos e tanto produziu quanto solicitou colaborações para a construção dos textos do Capítulo 3. Destacaram-se a coletividade e a pluralidade na composição, da qual participaram 12 autores. Para exemplificar a projeção da identidade do câmpus (“a escola que queremos”, nas palavras do presidente da Comissão), o professor Maurício procedeu à leitura de um texto-síntese que traduz princípios nucleares do Capítulo 3, a seguir reproduzido na íntegra:

“O Câmpus Salto do Instituto Federal de São Paulo assume como fundamento de sua intenção educativa uma formação contextualizada, favorecedora da construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e para a participação na sociedade. Assim, “saber-fazer” e “saber-ser” se articulam como proposta formativa para que o sujeito tenha a possibilidade de desenvolver suas potencialidades e educar-se em direção a uma cidadania consciente e ativa, em que o diálogo, a crítica e o debate de ideias se façam presentes

Nossa escola compreende que uma sociedade realmente democrática demanda o exercício do poder numa perspectiva de compartilhamento e pluralidade. Por sua vez, a perspectiva de pluralidade se vincula à de alteridade, de consideração e valorização da presença do outro como constituinte da identidade de cada indivíduo.

Cidadania, acreditamos, "[...] é liberdade em companhia. [...] A experiência da liberdade se dá num contexto social, coletivo e, portanto, ninguém é livre sozinho. Isso significa que, para garantir a existência da liberdade, os indivíduos devem ser capazes de formular opções que levem em consideração sua satisfação, tendo consciência da importância de contemplar simultaneamente necessidades e desejos dos que estão à sua volta [...]".

A dignidade humana, de acordo com este PPP, não se realiza sem uma sociedade e uma escola inclusivas. Há, sem dúvida, um avanço social no sentido de construir a escola como esfera pública de direitos por meio da democratização do acesso e da permanência das infâncias e adolescências populares. No entanto, reconhecemos que a escola só será pública caso se torne um espaço-tempo de socialização em valores públicos, opostos a lógicas de mérito, processos seletivos reprovadores e excludentes, classificatórios e hierarquizantes, que reforçam a inferiorização dos estudantes populares nos padrões segregadores de poder, de trabalho, renda e moradia, entre outros.

A socialização na lógica do público, uma das preocupações do nosso fazer educacional, evitará condenar nossos alunos, enquanto permanecem conosco, ao mero aprendizado de competências elementares para trabalhos precários ou para uma sobrevivência imprevisível. Acreditamos que tão importante quanto alargar o sistema de educação é alargar a esfera pública como espaço de direitos, para que os segregados na esfera privada dos padrões de trabalho, renda e moradia tenham no Câmpus Salto do IFSP um intervalo em relação a esses processos segregadores, promotores de desigualdades.

Considerando, além disso, que a escola, na contemporaneidade, é também o palco de uma crise moral e de uma transição inacabada em direção a uma renovação ética, tomamos como imperativa a tarefa de construir uma educação humanizadora em que a convivência democrática tenha a primazia, de modo que, em situações de conflito, discórdia ou tomadas de decisão, as soluções sejam baseadas em diálogo, em participação cooperativa, repudiando-se soluções autoritárias, submissas ou individualistas.

A virtude da escola democrática está em enfatizar a qualidade das relações entre os agentes da instituição escolar, uma vez que as relações sociais efetivamente experienciadas são os melhores e mais poderosos "mestres" nas questões éticas. Discursos eloquentes sobre o Bem se mostrarão inócuos se as relações internas à escola forem desrespeitosas.

Propor uma educação humanizadora, em que valores como respeito mútuo ganhem protagonismo, é investir num aspecto sumamente importante de um mundo sustentável: a convivência ética. A necessária discussão a que hoje assistimos sobre preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade diz respeito, é evidente, ao uso do ambiente externo, mas também (e principalmente!) às relações entre as pessoas, componentes essenciais dessa diversidade. Ética e sustentabilidade, portanto, não podem ser pensadas de modo dissociado.

Nossa prática educativa também visa a atender ao efetivo desenvolvimento social e emocional da vivência dos princípios dos direitos humanos nas relações pessoais e institucionais, num espaço-tempo marcado pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade.

Assim, os Direitos Humanos erigem-se em critérios de questionamento contínuo de nossa prática político-pedagógica. Por exemplo:

a) *Nossas propostas de cursos, de conteúdo programático e de atuação respeitam, sem distinção, as diversidades de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou outra situação? Como essas propostas atendem à liberdade de opinião e de expressão? Como promovemos essas liberdades dentro da comunidade escolar?*

b) *Educamos nossa comunidade escolar para uma participação construtiva na sociedade, de modo que cada pessoa compreenda que sua colaboração com a comunidade e sociedade principia pela obediência às leis e respeito aos direitos e liberdades dos outros, como se propõe a uma ordem social democrática?*

c) *Como nossa comunidade escolar promove a participação cultural da comunidade externa em nossas produções locais? Como nos integramos às produções culturais regionais?*

Uma educação que objetiva atender efetivamente aos princípios dos Direitos Humanos e a favorecer a concretização da justiça social não se furta ao compromisso de lidar pedagogicamente com a diversidade.

Apercebidos de que a diversidade faz parte do acontecer humano e de que a escola, sobretudo a pública, é a instituição social onde as diferentes presenças se encontram, temos procurado problematizar essa questão no Câmpus Salto numa dimensão que ultrapasse sua mera figuração como um tema do currículo. Sem isso, não será possível romper com certas narrativas hegemônicas na produção do conhecimento, responsáveis por instituir como cânone algumas formas de vida e cultura de alguns grupos e por tornar proscritas e desvalorizadas as de outros (SILVA, 1995). Ao questionar as narrativas que fixam sujeitos e movimentos sociais em noções estereotipadas e, em consequência, propor uma interpretação emancipatória das lutas desses grupos sociais, nosso trato pedagógico dessas questões visam a construir práticas que, de fato, expressem a riqueza das identidades e da diversidade cultural presentes no Câmpus Salto e na sociedade.

Os princípios que aqui defendemos visam a superar, de fato, as antigas formas de inserção escolar de pessoas com deficiência e/ou com outros tipos de condições atípicas que requeriam destas pessoas um esforço unilateral para se tornarem aceitas pela comunidade. Eis o novo paradigma a que buscamos completa adesão: mudam as escolas, e não mais os alunos!

Quanto à gestão da educação, nossa escola, em que pesem os desafios de um ideal ainda em construção, apoia-se no princípio constitucional de gestão democrática, com base no qual a comunidade escolar, à medida que é chamada a participar das decisões e apresentar proposições, estabelece vínculo e sentimento de pertença com a Escola, assumindo-se como corresponsável e protagonista em seu desenvolvimento.

Com relação à preparação para o mundo do trabalho, propomo-nos a oferecer aos nossos educandos uma formação integral que lhes favoreça o desenvolvimento humano, social, científico, tecnológico e cultural, bem como a compreensão das relações sociais de produção.

Trata-se de uma formação que, entre outros aspectos, promove uma postura investigativa do aluno e valoriza sua experiência extraescolar, não sem respeitar e estimular a autonomia dos professores, para que, a partir da dinâmica relação entre teoria e prática, estes possam decidir sobre as mais acertadas estratégias com vistas à concretização de aprendizagens eficazes e significativas.

Para que a organização do ensino e os estudos dos conteúdos escolares sejam trabalhados numa perspectiva integrada e interdisciplinar, propõe-se, no currículo, o trabalho por meio de projetos integradores.

Tal opção se justifica pelo fato de que o trabalho pedagógico pensado e organizado a partir desses projetos propiciará ao aluno a oportunidade de construção e mobilização de competências, habilidades e conhecimentos de várias áreas disciplinares, bem como a contextualização desses conhecimentos para a compreensão da realidade do ponto de vista dinâmico e das práticas sociais.

Destaca-se aqui a importância do trabalho coletivo nessa forma de organização curricular e na construção do projeto pedagógico da escola numa perspectiva interdisciplinar. A propósito, as atividades de pesquisa e extensão são fundamentais à interdisciplinaridade, na medida em que se articulam entre si e ao ensino, possibilitando às comunidades interna e externa o diálogo, a produção de novas relações e as trocas de saberes.”

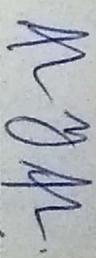
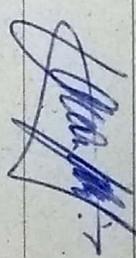
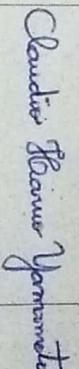
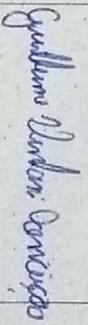
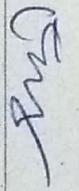
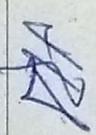
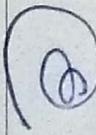
O professor Maurício ressaltou que o texto lido – um breve resumo do que considera o cerne dos princípios político-pedagógicos da instituição – não dispensa uma leitura completa do documento. Na sequência, foi apresentado o conteúdo do Capítulo 4: os cursos oferecidos pelo Câmpus Salto e o perfil profissional do egresso de cada um dos cursos. Seguiu-se a apresentação do Capítulo 5, acerca das políticas e ações desenvolvidas na instituição, que visam a garantir a permanência e o êxito dos discentes e a articulação do IFSP com a comunidade externa: Coordenadoria Sociopedagógica; Assistência Estudantil – PAE; NAPNE – Ações Inclusivas; Formação Continuada; Políticas e Ações de Extensão; Políticas e Ações de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação; Bolsa de Ensino; Órgãos Colegiados; Comissão Própria de Avaliação; Movimento Estudantil; Recuperação Contínua e Paralela; e Comissões Internas. O presidente da Comissão explicou que, concluída a fase de elaboração dos cinco primeiros capítulos, este conteúdo foi disponibilizado, na íntegra, no período de 24/10/18 a 07/11/18, para as comunidades interna e externa, com o objetivo de obter contribuições ao texto do documento, por meio de um formulário eletrônico elaborado com esta finalidade. Encerrado o período de acolhimento das contribuições, passou-se à etapa de construção do Capítulo 6 (Diagnóstico, metas e ações): trata-se do diagnóstico das necessidades do Câmpus Salto seguido de um plano de ação como proposta da comunidade escolar à organização de seu trabalho pedagógico e à melhoria da qualidade de ensino. Ou seja, depois da tomada de consciência da realidade escolar e da definição de seu posicionamento político-pedagógico (capítulos 1 a 5), seguiu-se a elaboração do plano de ação do Câmpus Salto segmentado em quatro dimensões: ensino; pesquisa, inovação e pós-graduação; extensão; e administrativa. Entre os dias 08/11 a 21/12/18 e 01/02 a 15/03/19, teve ocasião a etapa de construção coletiva do Capítulo 6, em que a Comissão trabalhou junto aos diretores e coordenadores de cursos e setores que, por sua vez, compartilharam com suas equipes o levantamento de demandas e a discussão de soluções. Simultaneamente, a Comissão estabeleceu uma interlocução direta com toda a comunidade do câmpus. O produto da construção coletiva deste capítulo foi disponibilizado, no período de 20/03 a 01/04/19, para as comunidades interna e externa, que puderam realizar apontamentos, críticas e sugestões por meio do endereço eletrônico ppp.slt@ifsp.edu.br. Segundo o professor Maurício, foi o momento em que a comunidade escolar que, inicialmente, realizou contribuições individuais ou a partir das discussões com os pares em sua área de atuação, pôde tomar contato com a

totalidade das contribuições ao plano de ação da instituição. Uma amostra deste capítulo, com diagnósticos, proposta de ação e responsáveis, foi apresentada pelo professor Maurício durante a sua exposição. Finalizado o processo de construção do Capítulo 6, o professor Maurício explicou que a Comissão se encarregou de preparar esta audiência pública, para a qual, em 23/05/19, a comunidade saltense foi convidada. À ocasião, disponibilizou-se a última versão do texto do Projeto para leitura e encaminhamento de sugestões até o dia 17/06/19 por meio do endereço eletrônico ppp.slt@ifsp.edu.br. Tais providências culminaram na presente audiência pública, de caráter consultivo, tendo em vista o acolhimento de novas contribuições à consolidação dos trabalhos. Finalizada a fala do professor Maurício, a mediadora Cristiane Delegá fez uso da palavra para dar prosseguimento à ordem do dia. Abriu-se um espaço para o acolhimento de contribuições dos presentes ao texto disponibilizado pela Comissão elaboradora do PPP em 23/05/19. Como não houve manifestações do público, a mediadora convidou a diretora adjunta educacional, Fernanda Romanezi da Silveira para fazer as considerações finais. Fernanda começou expondo a satisfação pessoal em relação à finalização do documento e destacou a atuação do professor Maurício na presidência dos trabalhos. Tornou pública sua preocupação e compromisso de trabalhar para fazer do PPP um texto vivo, base para as futuras discussões de reformulações dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC). Fez um breve histórico de sua trajetória no câmpus, falou de seu afastamento para capacitação e retorno às atividades no momento em que a Direção Geral, na pessoa da professora Karina, começava a articular a designação de uma comissão para se encarregar dos trabalhos de elaboração do PPP. A propósito da menção ao convite para assumir, no início do ano de 2019, a direção adjunta educacional, Fernanda destacou como uma das atribuições de sua gestão a elaboração e, sobretudo, a implementação do PPP. Finalizada a sua fala, a diretora Fernanda devolveu a palavra à mediadora Cristiane, que deu por encerrada esta audiência pública de caráter consultivo, antes, porém, informando que o texto final do PPP será disponibilizado na página do câmpus pela Comissão responsável por sua elaboração. Sem mais nada a tratar, finalizada a audiência, esta ata foi lavrada por mim, Anderson Yassuhiro Afuso, e assinada pelos presentes, conforme lista em anexo.

Projeto Político-Pedagógico

Audiência Pública – 17/06/2019

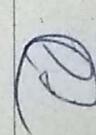
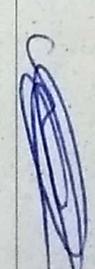
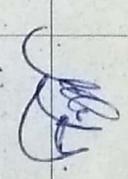
Lista de Presença

Nome completo e legível	A entidade à qual pertence	Telefone	E-mail	Assinatura
Anderson Y. Afuso	IFSP	(19) 98122-0992	anderson.afuso@ifsp.edu.br	
Maurício Bronzatto	IFSP	(19) 99185-8635	mauricio.bronzatto@ifsp.edu.br	
CLAUDIO HARUO YAMAMOTO	IFSP	(16) 98111-7343	haruo@ifsp.edu.br	
CRISTIANE DELEGA	IFSP		CRISTIANE_DELEGA@ifsp.edu.br	
Guilherme Dimítri Conceição	IFSP		guilhermedimtri@hotmail.com	
Gilson Bono da Silva	IFSP		guilhermebono@gmail.com	
Emilia Lopes Borba	COMUNIDADE	(11) 998480364	emilia.lopesborba@gmail.com	
Simone da Silva	IFSP	(11) 988879104	simonedasilva@ifsp.edu.br	
Elye Antônia Alves	Secret. Educat. Estadual	4602 (8696)	elye.educa@matto.mp.gov.br	

Projeto Político-Pedagógico

Audiência Pública – 17/06/2019

Lista de Presença

Nome completo e legível	A entidade à qual pertence	Telefone	E-mail	Assinatura
Fabreícia da S. S. de Souza.	IFSP		fabreicia.souza@ifsp.edu.br	
Cathia Alves	IFSP		cathialves@ifsp.edu.br	
Walter Carvalho	IFSP		waltercarvalho@ifsp.edu.br	
Alla Jere Freire Mendes Kauina An. de Freitas	IFSP		alla.freiremendes@ifsp.edu.br kauina_souza@ifsp.edu.br	 Kauina An. de Freitas
EDILSON AP. BUENO	IFSP		edilson@ifsp.edu.br	